

Editorial

A Revista Brasileira de Bioética (RBB) é hoje importante veículo que contribui com a divulgação e disseminação da bioética brasileira. Essa edição, que comemora o décimo volume da publicação, conduz a uma reflexão sobre a relevância da bioética na atual conjuntura sanitária, política e econômica nacional, regional latino-americana, hemisférica e internacional, uma vez que apresenta um considerável leque de temas, abordagens, aproximações e olhares, reafirmando assim o caráter plural da bioética pensada no Sul Global.

Seguindo sua costumeira estrutura, o Volume 10 traz dois artigos especiais. O primeiro, de autoria do bioeticista português Jorge Cruz, dá conta da particular aproximação que desde os escritos de Pellegrino e Thomasma pode ser feita à relação médico-paciente, propondo um modelo de beneficência fiduciária baseado na confiança que deve existir entre ambos, e que tem como base quatro componentes que se relacionam com o bem do paciente: o bem biomédico, a percepção do próprio paciente acerca do bem, o bem para o paciente como ser humano e o bem supremo ou espiritual.

O segundo, a cargo de Fernando Hellmann e Marta Verdi, questiona as críticas feitas à última versão da Declaração de Helsinque (2013) pelos bioeticistas estadunidenses Joseph Millum, David Wendler e Ezekiel Emanuel. Hellmann e Verdi criticam frontalmente a postura imperialista desses autores, entendendo que os mesmos procuram enfraquecer ainda mais os preceitos éticos para ensaios clínicos multinacionais em países pobres, especialmente na questão do uso do placebo. Ao mesmo tempo, sinalizam que a atual Declaração é frágil, especialmente por possibilitar duplo padrão moral, um para pesquisas desenvolvidas em países ricos e outro para ensaios feitos em países periféricos.

Quanto aos artigos de atualização, também como já é usual, são cinco, tratando das mais diversas abordagens e temas relativos à bioética. O primeiro, da autoria de Bruna Fernandes Carvalho e Nelson Rocha de Oliveira, visa avaliar as vantagens e desvantagens da internação compulsória dos usuários de crack no Brasil à luz das opiniões de gestores, mídia e políticos envolvidos no debate. O artigo traz uma apresentação das posturas favoráveis e desfavoráveis ao tema, levando em consideração seu impacto sobre o indivíduo e a sociedade.

O segundo, de Paulo Guilherme de Oliveira Salles, Christiane Bretas e Cláudio de Souza, enriquece a discussão sobre os incentivos aos pacientes relacionados aos cuidados com a saúde. O artigo trata da alocação dos recursos, os cuidados de saúde, a autonomia dos

pacientes, e a plausibilidade ética de oferecer possíveis recompensas a pacientes para conseguir que estes adequem seu comportamento aos guias de prevenção e promoção da saúde, diminuindo, assim, os custos associados a doenças crônicas como diabetes ou obesidade.

O terceiro, sob a responsabilidade de Cremildo João Baptista, Camilo Hernan Manchola Castillo e Volnei Garrafa, nos leva às chamadas situações emergentes em bioética, introduzindo o tema da manipulação do embrião humano, produto da evolução tecnocientífica. O escrito traça um panorama de algumas das concepções existentes sobre o embrião humano, na busca de ampliar as discussões sobre o seu estatuto moral, advogando que concepções hoje inconciliáveis, possam ser reinventadas no futuro de modo complexo em outros contextos sócio-ecológicos.

O quarto, das autoras Flávia Andrade Fialho e Marisa Palacios, continua a discussão no campo das situações emergentes, discorrendo sobre a participação de crianças em protocolos de pesquisa. As autoras apresentam uma revisão integrativa que objetiva discutir a participação de crianças em protocolos de pesquisas com base na literatura científica internacional, propondo que é necessário o aprimoramento das formas de abordagem da criança para que sua participação seja efetivamente voluntária nos protocolos de pesquisa.

O quinto e último artigo, da autoria de Aurélio Ricardo Troncoso Chaves Júnior, Izabella Cristina Cardozo Bomfim e Flávio R. L. Paranhos, continua na linha das discussões bioéticas relativas à pesquisa com seres humanos, dessa vez discorrendo sobre a fundamentação bioética acerca da obrigatoriedade do uso de métodos contraceptivos por mulheres em pesquisas. Os autores apontam que a não obrigatoriedade do uso de contraceptivos em pesquisas clínicas contida na normativa brasileira está justificada pela Bioética de Intervenção, que considera além da autonomia, a equidade, a justiça, a não discriminação e a não estigmatização.

Finalizando, como nos anteriores números, a presente edição da RBB está acompanhada de uma resenha de livro, uma atualização científica e da apresentação de um documento importante para a bioética, com o intuito de fazer da revista também uma biblioteca de textos legais, nacionais e internacionais, importantes para a área.

Quanto à "Resenha de livros", dessa vez sob a responsabilidade de Pedro Gomes, a seção apresenta um livro da ciência política nunca antes revisado à luz da bioética: "A Partilha do Sensível", do filósofo francês Jacques Rancière. Gomes demonstra que este livro oferece importantes subsídios às discussões bioéticas, uma vez que traz elementos relevantes relacionados à emancipação, ao pensamento crítico e à possível libertação dos corpos subalternos.

A "Atualização Científica", sob a incumbência de Nilceu José Oliveira, discorre sobre o artigo dos farmacêuticos brasileiros Natalia Bellan, Terezinha de Jesus Andreoli Pinto, Telma Mary Kaneko, Lauro Domingos Moretto e Nelson dos Santos Junior, intitulado "Critical analysis of the regulations regarding the disposal of medication waste". A resenha traz à discussão o tema do impacto ambiental que o descarte de medicamentos pode trazer, apontando a bioética como ferramenta adequada para a abordagem deste potencial problema.

Com respeito à seção "Documentos", trata-se da Resolução CFM 2.113 de 2014 que autoriza o uso compassivo do canabidiol para crianças e adolescentes portadores de epilepsias refratárias a tratamentos convencionais. A norma detalha os critérios para emprego do canabidiol com fins terapêuticos no Brasil, enquanto veda a prescrição da *cannabis in natura* para uso medicinal, bem como de quaisquer outros derivados, além de restringir a prescrição da substância – de forma compassiva - às situações onde métodos já conhecidos não apresentam resultados satisfatórios.

Por fim, é importante destacar que a meta central da RBB é contribuir de algum modo para o desenvolvimento da bioética pensada especialmente no Brasil e na região da América Latina e Caribe, reforçando que os organismos por ela responsáveis, a Sociedade Brasileira de Bioética e a Cátedra UNESCO/Programa de Pós-Graduação em Bioética da Universidade de Brasília, estão comprometidos firmemente com esse objetivo. Isso, porém, não é possível sem a colaboração de pesquisadores, professores, estudantes e profissionais que trabalhem com a bioética no seu dia a dia. Potenciais autores são sempre muito bem-vindos.

Boa leitura caros(as) leitores(as)!

Os Editores